

Entre o afeto e a sobrevivência: a história de mulheres de famílias monoparentais no mundo do trabalho

Roberta Borges Mello
Mestranda em Sociologia – UFPel

Lorena Almeida Gill
Professora Doutora do PPG em Sociologia e em História – UFPel

Resumo: O presente trabalho se propõe a analisar a história de duas mulheres que foram chefes de família, em Pelotas, e que precisaram se dividir entre os cuidados dos filhos e o trabalho. Tem, portanto, a pretensão de expor, através de suas narrativas, as barreiras e os dilemas enfrentados pelas mulheres no que diz respeito a longas jornadas de trabalho e dedicação total à família. A mulher, historicamente, é responsabilizada pelos cuidados voltados à família, principalmente dos filhos. Através das narrativas, é possível perceber o peso da moral imposta pela sociedade no cotidiano dessas mulheres, que vivem na dicotomia entre família e trabalho, entre privado e público. A família significa a identidade como mulher, e o trabalho enquanto ser social.

Palavras-chave: História das mulheres; família; trabalho.

As mulheres chefes de família se constituem como um fenômeno crescente nos domicílios brasileiros. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para a caracterização do chefe de família, basta que o mesmo seja reconhecido como tal pelos demais membros da unidade doméstica. Conforme dados do censo de 2010 do IBGE¹, 37,3% das famílias que residiam em domicílios particulares tinham a mulher como principal responsável. Nas famílias urbanas, esse indicador se eleva para 39,3%; e, levando em conta o recorte cor ou raça, preta ou parda, esse percentual é de 38,7%. O cruzamento com indicadores relativos ao mercado de trabalho auxilia na compreensão da realidade desigual a qual a mulher está inserida: houve um aumento de 50,1% para 54,6% na taxa de atividade² feminina, e uma diminuição de 79,7% para 75,7% na taxa de atividade masculina. Entretanto, na proporção de trabalho com carteira assinada, o feminino passou de 32,7% para 39,8%; enquanto que o trabalho masculino foi de 36,5% para 46,5%, ou seja, no índice de atividade, percebe-se um aumento no número de mulheres e uma diminuição no número de homens, ao mesmo tempo que, na taxa de trabalho com carteira assinada, a porcentagem de mulheres ainda é inferior. Conforme o IBGE, a diferença entre homens e mulheres passou de 3,8 pontos no censo de 2000, para 6,7 em 2010.

A inserção das mulheres no mercado de trabalho acontece de maneira desigual, em uma relação atravessada pela opressão/dominação de gênero socialmente constituída. O trabalho deve ser entendido de maneira multidimensional, levando em conta o trabalho doméstico e os cuidados com a família, já que a mulher ocupa um lugar cultural na sociedade. A mulher ganhou espaço no mercado de trabalho, no entanto, esse espaço ainda não é revertido em condições iguais, principalmente no quesito remuneração. Destaca-se que a mulher negra é a que sofre mais com essa

1 Disponível em: <http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=2747>. Acesso em 22/04/2015.

2 De acordo com IBGE, população em idade ativa (de 16 anos ou mais) que se encontra trabalhando ou procurando trabalho.

situação, pois é quem recebe as menores remunerações. Além disso, observa-se que, mesmo com uma maior independência financeira feminina, refletida no número maior de mulheres chefes de família, isso não se reverte em uma mudança de papéis dentro do ambiente familiar, já que a mulher ainda é a grande responsável por seus cuidados.

1. História das Mulheres

A emergência da mulher como objeto de pesquisa aconteceu, principalmente, a partir dos anos de 1960, quando foi percebida a necessidade de se discutir o seu papel na história. No período anterior, observa-se que a mulher estava, muitas vezes, fora do relato da história, em uma situação de invisibilidade. Dentre os fatos que contribuíram para esse avanço, Perrot (2008) lista três: científicos, sociológicos e políticos. Para a autora, os fatores científicos estão ligados à crise dos sistemas de pensamento e à predominância do fator subjetivo dos anos de 1970. Os fatores sociológicos dizem respeito a maior presença das mulheres em áreas de construção de conhecimento, como as universidades. E os fatores políticos estão diretamente relacionados com o movimento de libertação das mulheres desenvolvido, sobretudo, a partir de 1970.

A disseminação de trabalhos através da história das mulheres, baseados em inúmeras pesquisas empíricas, colocava em xeque as periodizações correntes, mas também redefiniam espaços de poder, evidenciando que elas haviam influenciado vários eventos históricos, conforme afirma Gonçalves (2006). Para a autora:

As historiadoras feministas eram acusadas de se basearem em uma visão parcial da História, ao privilegiar as mulheres como sujeitos, ficava claro que também o conhecimento histórico que se produzia sob o rótulo de “História Universal” ou “História da Humanidade” padecia da isenção que muitos profissionais reivindicavam para ela (GONÇALVES, 2006. p. 65. Grifos do autor).

O que estava em jogo era a legitimidade do sujeito universal, até então sustentado pela História. Ou o sujeito universal não existia, ou, até então, estava se contando apenas parte da história. Assim, a história das mulheres decreta o fim do sujeito universal masculino.

A definição por sexo das mulheres enaltece o fator biológico, mas elas são muito mais do que isso. A história das mulheres compreende sua inserção na sociedade, entendendo suas vidas influenciadas por regras sociais e costumes. Para Louise Tilly (1994, p. 31), “um aspecto que distingue a história das mulheres de outras é o fato de ter sido uma história e um movimento social: por um longo período, ela foi escrita a partir de convicções feministas”. A autora destaca que poucas histórias possuem uma existência tão próxima a um movimento de transformação como a das mulheres.

A história das mulheres tem uma ligação estreita com a História Oral advinda do caráter testemunhal dessa fonte. Através dos arquivos privados da História, consegue-se reconstruir a história de mulheres singulares, desprovidas da notoriedade da história oficial. Para Perrot (2005, p. 40. Grifos do autor), “É por isso que os desenvolvimentos recentes da história chamada de “oral” são de certa maneira uma revanche das mulheres[...]Dar palavra aos deserdados, às pessoas sem história[...]”. As mulheres também são muito utilizadas como testemunhas na História Oral, por terem uma maior longevidade, mas, principalmente, pela facilidade para falar de sua vida privada.

Perrot chama atenção, também, sobre a necessidade de superação de uma história descritiva para uma história mais analítica. A história descritiva e interpretativa contribuiu para evidenciar a experiência das mulheres, mas evitou propor e resolver outros problemas. Tilly (1994), por sua vez, afirma que, ao utilizar uma metodologia mais analítica, os (as) historiadores (as) devem contribuir para a explicação de problemas mais gerais. Assim, este estudo complementa a descrição e a interpretação desses problemas e faz um paralelo com questões mais gerais e atuais.

2. A História das Mulheres no trabalho

O marco inicial das mulheres no trabalho, no Brasil, pode ser apontado com a atuação das mulheres negras escravizadas³. A figura da mulher negra sempre esteve ligada à casa grande, pois, ao garantir seu funcionamento, com papel importante na estruturação social, também firmou seu lugar de domesticação. Essas mulheres, muitas vezes, realizavam também o trabalho pesado da lavoura, junto aos homens, praticando as mesmas tarefas. Em alguns casos, as mulheres assumiam o plantio para subsistência, em conjunto com os filhos.

De toda forma, o trabalho doméstico predominará até a abolição da escravatura. Ao final da escravidão, a atuação em casas de família irá se configurar como um meio de sobrevivência central na vida das mulheres. Conforme Ferreira (2011. p. 3), “Nos anos finais do século XIX e início do XX mais de 70% da população economicamente ativa ex-escrava estava inserida no trabalho doméstico”. A mulher negra passa a realizar as mesmas tarefas domésticas, mas sob novos arranjos, agora como mão de obra liberta, através de contratos de locação de serviços ou, até mesmo, sob a forma de “favor”, para aquelas que não tinham para onde ir, com a manutenção da relação com os ex-senhores.

No período pré-industrial, não havia uma separação clara entre atividades produtivas e domésticas, uma vez que a produção acontecia em casa ou nas proximidades, e todos os membros da família eram envolvidos. Nesse período, as mulheres possuíam uma certa influência dentro do lar, devido a sua importância no processo econômico, mesmo que excluídas da política e da guerra e sob domínios masculinos. Essa situação se modificou com o advento da indústria moderna, que separou a casa do local de trabalho e implantou um processo de produção a ritmo de máquina. Com isso, os empregadores passaram a contratar trabalhadores individuais e não mais famílias (GIDDENS, 2005).

No Brasil, a inserção da mulher nas fábricas ocorreu na última década do século XIX, durante o processo de modernização. O fim da escravidão e do regime monárquico, a crescente urbanização, a grande imigração e a industrialização foram os elementos desse contexto. Matos e Borelli (2012) afirmam que a presença feminina era de 70% nos setores de algodão e tecelagem, sendo a maioria de imigrantes e jovens, e seus ordenados eram 65% do valor recebido por homens adultos, para a mesma função. O trabalho era caracterizado por baixos salários e tarefas repetitivas, que exigiam menor qualificação. Ainda, eram consideradas frágeis e indefesas pela imprensa e pela sociedade. Entre 1917 e 1919⁴, surgiram as primeiras medidas reguladoras do trabalho feminino, proibindo a jornada noturna e o trabalho no último mês de gestação e no primeiro mês do puerpério.

No período posterior à Primeira Guerra, começou a se difundir a ideia de que a mulher deveria se dedicar ao lar e à maternidade. Diversos grupos sociais e instituições se colocaram como opositores ao trabalho feminino, com preocupações morais ligadas a crenças religiosas, preceitos jurídicos e ideias higienistas. Então, como alternativa a esse cenário, o trabalho feminino ganhou mais espaço. No entanto, em empregos menos visíveis e estáveis, com maior participação da mulher no serviço doméstico e no trabalho em domicílio, como, por exemplo, a atividade das costureiras. Além disso, os setores como o comércio e a burocracia dos escritórios também se tornaram grandes mercados demandantes do trabalho feminino. As mulheres passaram a ser uma parcela significativa dos trabalhadores dos bancos, do comércio e dos seguros (*Ibidem*).

A consolidação da industrialização brasileira, no contexto do “milagre econômico”, nos anos de 1970, retomou a participação do trabalho feminino na indústria, especialmente em setores têxteis e de alimentos. As mulheres também passaram a ser maioria entre os trabalhadores, nas décadas de 1980 e 1990, nos setores em crescimento, como a prestação de serviços e o comércio, com destaque ao setor bancário. Esse crescimento proporcionou, entre outras coisas, uma grande participação nas mobilizações do chamado novo sindicalismo, mas elas ainda sofriam discriminação e suas demandas eram menosprezadas (MATOS e BORELLI, 2012).

3 O trabalho da mulher indígena acontecia sob uma forma diferenciada de organização, que não pode ser classificada como exploração do trabalho. Por esse motivo, não será abordado neste trabalho.

4 Nesses anos aconteceram importantes greves gerais no Brasil e algumas das modificações com relação ao trabalho feminino se constituem como conquistas dos movimentos reivindicatórios.

No século XIX, houve uma valorização do trabalho “produtivo”, que apontou como únicas trabalhadoras as assalariadas, como lembra Perrot (2005). No entanto, a autora destaca que as mulheres sempre atuaram. Essa passagem pelo trabalho assalariado colocou à sombra uma série de trabalhadoras, como vendedoras, camponesas e, principalmente, as donas de casa, fazendo do trabalho doméstico “uma especialidade, economicamente desvalorizada porque não quantificável – um trabalho sujo que os burgueses confiam a suas empregadas – e, do lar, o lugar do consumo e da despesa” (PERROT, 2005, p. 241). Essa separação nega o imenso trabalho não pago realizado pelas mulheres “do lar”, que possuem o poder de decisão da gerência da casa, mas que são totalmente desvalorizadas. Em muitos casos, a mulher também trabalha com costura, artesanato, culinária ou pequenas vendas para auxiliar na renda da família. Assim, a mulher é sacrificada por meio de múltiplas funções.

Para as mulheres negras, o trabalho doméstico passa a ter maior centralidade, pois, mesmo com a abolição da escravidão, o preconceito racial dificultou a busca por trabalho remunerado por parte da população negra. Nepomuceno (2012, p. 385) afirma que “O censo de 1890 (dois anos após a abolição) revela que 48% da população negra economicamente ativa trabalhava nos serviços domésticos, 17% na indústria, 9% em atividades agrícolas, extrativas e de criação de gados, enquanto 16% exerciam outras profissões não declaradas”. Em outros postos de trabalho, como indústria e comércio, a discriminação racial vinha disfarçada pela desculpa da “boa aparência”, a qual se revela, para uma parcela expressiva de pessoas, ser branco. Atualmente, pode-se encontrar heranças dessa história, pois ainda está no imaginário de muitos empregadores a necessidade de possuir uma “boa apresentação” para o emprego feminino. Em outras palavras, permanece na sociedade a ideia da empregada doméstica negra. Esse ideário é baseado na realidade, pois, conforme dados de Nepomuceno (2012, p. 389), “Em 2000, as mulheres negras com 15 anos ou mais representavam 75% do trabalho doméstico infantil”. Essa realidade está relacionada ao fato de que o trabalho doméstico é menos valorizado, mais precarizado, com baixos salários e longas jornadas de trabalho, embora a situação esteja mudando através de novas legislações, recentemente construídas⁵.

Ao longo do século XX, houve um aumento da participação da mulher no mundo do trabalho, com ocupações em diversos setores. No entanto, Matos e Borelli (2012, p. 145-146) chamam atenção para o seguinte fato: “paradoxalmente, a maior parte das mulheres continua concentrada em ocupações de menor remuneração, em empregos precários e vulneráveis, sendo que elas são mais atingidas pelo desemprego que os homens”. Apesar da implantação massiva de mão de obra feminina, isso não se configurou em igualdade de condições no mercado de trabalho. As mulheres ainda sofrem com muitas desigualdades, como a segregação ocupacional e a disparidade salarial. As ocupações das mulheres ainda são em cargos marcados pelo gênero, com atividades relacionadas ao cuidado de pessoas, por exemplo, que exigem pequeno grau de autoridade e oferecem poucas oportunidades de ascensão profissional.

Apesar de haver um crescimento maior do trabalho feminino, em comparação ao masculino, no último período, esse desenvolvimento coexiste com um aumento dos índices de desemprego e subemprego. Para Hirata (2004), trata-se de umas das consequências da globalização, que se constitui de forma complexa e contraditória, pois os processos de desregulamentação e de liberalização redundaram em forte crescimento da precariedade⁶ e do emprego. Conforme a autora,

5 Como exemplo, há a Emenda Constitucional n. 72 de 03 de abril de 2013, que estende outros direitos trabalhistas aos trabalhadores domésticos, regulamentando a jornada de trabalho, hora extra e contrato de trabalho, com recolhimento obrigatório do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), além de prever multa por infração à Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

6 A ideia de trabalho precarizado utilizado nesse texto é baseado no conceito de Ricardo Antunes. Para o autor, “Foi nesse contexto que o capital, em escala global, veio redesenhando novas e velhas modalidades de trabalho – o trabalho precário – com o objetivo de recuperar as formas econômicas, políticas e ideológicas de dominação burguesa. Proliferam, a partir de então, as distintas formas de ‘empresa enxuta’, ‘empreendedorismo’, ‘cooperativismo’, ‘trabalho voluntário’ etc... dentre os quais os mais diversos modos alternativos de trabalho precarizado.” (ANTUNES, 2009, p. 233). Há, entretanto, outra tendência muito significativa e que se caracteriza pelo aumento do novo proletariado fabril e de serviços, em escala mundial, presente nas diversas modalidades de trabalho precarizado. São os terceirizados,

contraditoriamente, a taxa de desemprego e a precariedade do trabalho é maior entre a força de trabalho feminina.

3. Família

A família, para as classes populares⁷, é constituída por membros a quem se pode confiar, longe da delimitação genealógica, restringindo-se ao grupo de convivência e explicitando uma rede de obrigações. Assim, a noção de família define-se em torno da moralidade, que estrutura seus vínculos baseada em relações de dar, receber e retribuir, e orienta suas ligações dentro e fora de casa. Dessa forma, o conceito passa a ter um significado diferente, denominando a família como mediadora dos processos de saúde, educação e inserção no trabalho. Para Sarti (2011, p. 52), “A importância da família para os pobres está relacionada às características de nossas instituições públicas, incapazes de substituir as funções privadas da família”. Assim, as relações familiares estão fundadas em uma moralidade de obrigações mútuas, concretizando os modos de vida e de sobrevivência, que são reforçados pela configuração das políticas sociais. Além disso, a autora aponta a família como referência de identidade de ser social, que estrutura sua visão do mundo.

Nesse sentido, a configuração dos papéis dentro da família é base para a constituição dessa identidade. As regras da hierarquia familiar, impostas na convivência cotidiana, delimitam as fronteiras entre feminino e masculino, sendo o homem a autoridade da família que, em muitos casos, não é encontrada no mundo da rua, como trabalhador e pobre. Sarti (2011, p. 63) destaca que “A casa é, ainda, um espaço de liberdade, no sentido de que nela, em contraposição ao mundo da rua, são donos de si: aqui eu mando”. Assim, o homem é a figura de mediação da família com o mundo externo. Ele é o chefe da família, garante o respeito, corporificando a ideia de autoridade. Já a mulher é quem cuida de todos, quem mantém a unidade do grupo familiar. Nesse universo simbólico, a maternidade coroa o papel de mulher.

Há uma diferenciação entre casa e família, sendo os arranjos familiares mais amplos, proporcionalmente, no que concerne às dificuldades enfrentadas para a constituição dos papéis nesse meio, em decorrência de uniões instáveis. Em um contexto de dificuldade financeira, imperando a informalidade e a instabilidade, encontram-se barreiras para a efetivação do papel de provedor pelo homem.

A mulher realiza o papel de provento da família e isso não se constitui em problema, já que, muitas vezes, ela está acostumada a trabalhar. A vulnerabilidade dessa situação está na relação com o mundo externo, que é mediado pelo homem. A sociedade reforça esses papéis, e o problema se constitui na dimensão simbólica do respeito, conferida à presença masculina. Esses papéis também são um fardo para o homem. Devido às condições externas de instabilidade do mercado de trabalho, é uma barreira para o desempenho do papel de provedor (SARTI, 2011).

O trabalho tem um papel central dentro da família, sendo a base da identidade masculina e a condição de sua autonomia moral. A dimensão moral do trabalho está além do valor de sua remuneração financeira, conferindo a dignidade ao pobre, o respeito perante a família. O trabalho

subcontratados, *part-time*, entre tantas outras formas assemelhadas, que se expandem em escala global. Com a desestruturação crescente do Estado de bem-estar social nos países do Norte e o aumento da desregulamentação laboral nos países do sul, acrescidos da ampliação do desemprego estrutural, os capitais implementam alternativas de trabalho crescentemente ‘informais’, de que são exemplos as distintas formas de terceirização” (*Ibidem*, p. 235).

7 Os estudos sobre as classes populares tiveram seu início na década de 1980, no Brasil, com a preocupação de denunciar as desigualdades políticas e econômicas, em reação à linha funcionalista que dominava os estudos etnográficos no resto do mundo. No final da década, começou a surgir muitos estudos sobre as dinâmicas culturais próprias do meio popular, como a música e as formas de participação política. Na década de 1990, marcada pela ofensiva neoliberal, com o enxugamento e a desregulamentação do Estado, o que era visto como “popular” passou a ser qualificado como “pobreza” (FONSECA, 2004). A família que possui perfil de baixa renda para inclusão no Cadastro Único, conforme o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, é aquela que tem renda igual ou inferior a meio salário mínimo *per capita* ou renda familiar mensal de até três salários mínimos. Já o critério do Programa Bolsa Família é de renda familiar *per capita* inferior a 140 reais. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/bolsa-familia/cadastrounico/beneficiario/cadunico-inclusao>. Acesso em 25/04/2015.

viabiliza a vida familiar. “Trabalhar para si aparece, tanto para o homem como para mulher, como uma atividade sem razão de ser” (SARTI, 2011, p. 95). Desse modo, o sentido do trabalho está relacionado diretamente à família.

O trabalho doméstico ganha um *status* valorizado para a mulher, apresentando um sentido, quando se parte do valor da ideia de trabalhar para os outros. Através dessa atuação, do esforço e da dedicação com que é feito, que se reproduzem os valores morais de limpeza e de alimentação. A comida é carregada de valor simbólico, o ato de “dar o que comer” é muito importante na consagração desses papéis.

4. Narrativas de Mulheres

A metodologia da História Oral foi central na construção de narrativas com a finalidade de revelar uma memória social. Isso porque a História Oral proporciona, através da análise conjunta de manifestações e depoimentos individuais, a percepção de identidades em comum. Segundo Portelli (1997, p. 14), “a história oral como parte do indivíduo, leva ao reconhecimento não só da diferença, como também da igualdade”. O autor ressalta a potencialidade da História Oral em aproximar e traduzir histórias distintas, muitas vezes marginalizadas, para a compreensão da sociedade atual. A memória é elemento fundamental quando se trabalha com História Oral. Para Portelli (1997), a memória é um processo individual, que está inserido em um meio social, proporcionando memórias semelhantes, contraditórias ou sobrepostas. Entretanto, mesmo com essas trocas coletivas, não há indivíduos com lembranças exatamente iguais. A História Oral recompõe a realidade, através da apreensão de diversas memórias, buscando uma representação da sociedade.

Para este trabalho, foram realizadas duas entrevistas com mulheres de classes populares, Violeta e Margarida, entendendo que a pobreza deve ser analisada levando em conta suas diversas refrações. Conforme Sarti (2011), a tendência a associar a pobreza a somente um único eixo de qualificação reduz seu significado social e simbólico. Para a autora, “A pobreza tem, portanto, uma dimensão social e simbólica que define os ‘pobres’ (...), é possível defini-la por eixos distintos.” (SARTI, 2011, p. 42). Assim, a pobreza não deve ser vista apenas sob o ponto de vista da carência material. Uma das situações em que a pobreza fica mais evidente é, justamente, em famílias monoparentais, preferencialmente aquelas chefiadas por mulheres, já que cabe à mulher, na maioria das vezes, o cuidado e o provento.

As narradoras foram escolhidas dentre mulheres que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC), previsto na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)⁸, e que são atendidas no Setor de Serviço Social da Agência da Previdência Social (APS) em Pelotas. A entrevista de Violeta foi realizada em sua residência e a de Margarida na APS Pelotas. Ambas escolheram os locais de entrevista e optaram pelo anonimato. Para transcrição das entrevistas, utilizou-se nomes de flores. E a citar das narrativas presentes neste trabalho usou-se itálico.

Violeta possui 62 anos, é negra, filha de agricultores, em regime de arrendamento de terras, que vieram residir em Pelotas quando os filhos ainda eram pequenos. A inserção no mercado de trabalho aconteceu aos 13 anos de idade, como doméstica, sendo sua principal motivação a carência material: – *Com treze anos eu comecei a trabalhar, para comprar um sapato para sair com uma coleguinha*. Essa afirmação demonstra uma ideia pueril do trabalho, compatível com a idade que possuía na época, mas também revela a situação financeira da família. Interrompeu os estudos, na 5ª série do ensino fundamental, ao engravidar, aos 15 anos de idade, e precisar casar às pressas. Sarti, ao analisar essa situação, que é comum em várias famílias, lembra que ter filhos “implica idealmente se desvincular da família de origem e constituir um novo núcleo familiar” (SARTI, 2011, p. 74). Os filhos representam responsabilidade e conferem *status* de maioridade, assim como

8 Lei 8.742 de 1993, que prevê a garantia de um salário mínimo à pessoa com deficiência ou idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria vida. Como deficiente a lei entende a pessoa possui impedimentos em longo prazo de natureza física, mental, intelectual e sensorial, que podem interferir em sua participação em sociedade em igualdade de condições.

o casamento. O casamento de Violeta durou alguns anos e resultou em sete filhos, sendo que dois morreram logo após o parto. Os outros cinco, atualmente, são maiores de idade e independentes.

Na fala de Violeta é presente um desânimo, uma falta de perspectivas com o futuro que sua vida traçou. Quando indagada sobre seu sonho com o trabalho, Violeta responde: – *Acho que não tive, com 15 anos eu engravidei, e ganhei meu filho com 16 anos. Os sonhos foram todos por água abaixo, pois meu pai e minha mãe não tinham condições alguma, e quase me colocaram porta afora.* Esse momento pode ser considerado o ponto inicial de uma vida baseada na luta contra as adversidades: primeiramente, uma gravidez inesperada; e, após, os cuidados e o sustento de cinco filhos.

Essa falta de perspectiva também pode ser notada quando Violeta fala sobre seus sonhos, suas expectativas, em relação ao futuro dos filhos: – *Ficou tão difícil a minha vida, de conseguir dinheiro e voltar para dentro de casa, descansar para, no outro dia, voltar a trabalhar, que, no máximo, eu achei para eles, no caso do mais velho, o quartel.* Essa situação era motivo de preocupação constante para Violeta: – *Eu pensava em como fazer, de que maneira. Não tinha. Era uma coisa que me machucava muito.* Nos relatos de Violeta, fica claro que seus filhos ainda eram pequenos à época de seu divórcio, e o pai das crianças nunca forneceu apoio emocional e financeiro.

Há um misto de sentimentos na fala de Violeta, que destaca impotência e fracasso diante da situação vivida, tendo em vista a falta de oportunidades para os filhos. Essa constatação fica mais clara quando Violeta fala da formação de um dos filhos: – *Ele conta que não deu, eu não tinha condições de trazer calçados e roupa para ele tirar o IF-Sul, na escola.* Nesse trecho, Violeta conta que o filho teve uma boa oportunidade de emprego na cidade do Rio de Janeiro, mas não foi efetivado pela falta de formação, mesmo sendo um ótimo eletricista.

Os trabalhos de Violeta, na sua maioria, foram como cozinheira, doméstica e, por último, trabalhou em serviços de limpeza, reforçando uma característica histórica do trabalho da mulher, principalmente da mulher negra, ligado ao espaço doméstico. Além disso, esses postos de trabalho também são essencialmente informais e carregados de precariedade e desproteção.

A dedicação ao trabalho é ressaltada na fala de Violeta, que conta que continuamente permaneceu longos períodos em seus trabalhos, nunca teve problemas de relacionamento e se ausentava pouco, sempre pensando que seus filhos dependiam de sua atividade laboral. Destaca que sempre ganhou pouco, mas que “era bom”, pois era suficiente para sustentar seus filhos. Assim, percebe-se que seus filhos são a motivação central para o seu trabalho. Violeta afirma: – *É só um amor incondicional, muito amor por um filho, senão chega na hora da saída tu não tem vontade de vir para casa, pois é só queixa, é difícilimo ser sozinha, pai e mãe.* Para Sarti, na perspectiva de que o filho é responsabilidade dos pais, em se tratando da ausência do pai, cabe à mãe assumir essa responsabilidade. A autora afirma que “ter o filho e conseguir criá-lo transforma-se, então, na prova de um valor associado à coragem de quem enfrenta as consequências de seus atos [...], um código de honra feminino” (SARTI, 2011, p. 75). Desse modo, a aceitação de uma mãe que cria sozinha seus filhos passa por sua capacidade de sustentá-los.

No relato de Violeta, pode-se perceber, como marca central, a falta de sonhos e de perspectivas para o futuro, típico de quem passou a vida inteira tentando sobreviver no meio de tanta adversidade. Violeta trabalhou majoritariamente em empregos informais, ligados ao âmbito doméstico, uma característica da divisão sexual do trabalho, mas principalmente da discriminação racial. Teve como exemplo a história de sua mãe, que trabalhou como empregada doméstica e agricultora, articulando uma dupla invisibilidade, do lar e do campo. Assim, pode-se dizer que a falta de perspectiva é geracional na vida dessa mulher.

A segunda narradora, Margarida, tem 44 anos, filha de um carpinteiro e de uma operária, é divorciada há 12 anos e possui um filho de aproximadamente 20 anos, fruto de um relacionamento passageiro. A relação com o filho sempre foi difícil para Margarida, seja pela ausência dela durante a infância, seja pelo pouco contato já na fase adulta. Esse assunto é caro para Margarida, o que se percebe em várias de suas respostas. O primeiro trabalho de Margarida foi aos 18 anos de idade, como vendedora no comércio, após, continuou na mesma área, mas como balconista, caixa e no

setor de escritório. Margarida relata que, com o nascimento do filho, dedicou-se ao seu cuidado e precisou retornar ao trabalho após o divórcio.

O retorno ao trabalho aconteceu na condição de operária em fábrica de compotas. Margarida relata que o trabalho era muito extenuante nesse período: – *Era puxado, eu entrava às sete da manhã, parava a uma e meia da tarde e voltada às duas e meia. Horário a gente não tinha, ia até quando tinha vidro, lata, ia até oito, nove, dez, onze, até meia-noite.* Com relação ao salário, Margarida afirma que ganhava pouco, mas precisava desse valor para auxiliar no sustento da família: – *Meu pai e minha mãe eram doentes e não dava para o remédio, comida, conta, água e luz, gás, não dava. Tinha que trabalhar. Engravidei e o pai do meu guri foi embora, nunca deu pensão, eu entrei na justiça, mas nunca saiu.* A motivação para o trabalho é o sustento para a família. De acordo com Sarti (2011), essa é a face feminina da moral do trabalho, vinculada ao seu papel familiar de não deixar faltar nada.

Margarida relata que, mesmo com tamanho esforço, ainda se divertia com a relação entre as colegas: – *Nós éramos colegas. A gente fazia festa, aniversários, comemorava todo mundo, convivia mais lá dentro do que em casa.* Esse comentário ilustra um pouco como era a vida de Margarida nessa época, em que trabalhava inclusive sábado, domingo e feriados, e tinha pouco contato com o filho: – *De noite eu chegava ele estava dormindo, eu saía e ele estava dormindo. Só no final de semana a gente se via.* Nesse período, Margarida conta que o filho ficou sob os cuidados dos seus pais, para que ela pudesse trabalhar.

Essa ausência de Margarida durante a infância do filho é tema de discussões até hoje entre os dois. É possível perceber uma certa tristeza em Margarida: – *Eu só vejo pelas fotos, ela batia as fotos, na cadeirinha, papinha era com ela, com o pai. Não é ciúmes, mas eu sinto falta porque não acompanhei tudo isso (...). Às vezes ele diz: tu não me viu nascer.* Margarida explica que passou a ser responsável pelos cuidados do filho após o falecimento dos pais, quando o menino tinha 11 anos de idade. Afirma que sempre foi presente, pois residiam no mesmo terreno, mas que os pais é que acompanhavam mais o crescimento do filho. Inclusive, conta que o filho chamava seus pais de pai e mãe, devido à relação que mantinham. Sarti relata que os casos em que a avó fica sob guarda do neto, transferem-se grandes poderes a ela, porque se inscreve na relação hierárquica da família (SARTI, 2011).

Na narrativa de Margarida, é possível perceber uma ideia de desvalia e, também, pensamentos depressivos, principalmente quando fala de sua incapacidade para o trabalho, iniciada há 4 anos, motivo pelo qual recebe o benefício da assistência social e ajuda de seu filho. Segundo o último relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS), a depressão é mais comum no sexo feminino, havendo uma prevalência de episódio depressivo em 3,2%, enquanto nos homens é de 1,9%. A depressão afeta de 15 a 20% das mulheres e de 5 a 10% dos homens, podendo atingir qualquer idade, mas sendo mais alta nas idades médias (BALLONE, 2005).

O fenômeno da meia-idade também deve ser visto a partir da perspectiva social, nesse sentido, Mori e Coelho (2004, p. 186) chamam atenção: “mudanças provocadas por perdas – saída dos filhos de casa, aposentadoria, relacionamento conjugal muitas vezes desgastado – podem intensificar os conflitos inerentes à subjetividade”. Observa-se, nas narrativas de Margarida, a combinação de dois desses fatores: o relacionamento conflituoso com o filho e sua saída de casa e a incapacidade para o trabalho, dois assuntos que são delicados em sua história.

CONCLUSÃO

Neste trabalho, pretendeu-se expor a narrativa de mulheres pertencentes a classes populares, focando suas barreiras e superações para trabalhar e prover o sustento de suas famílias. A vida dessas mulheres foi marcada pela divisão entre a família e o trabalho. E, na medida em que conquistavam uma maior independência financeira, tinham um sentimento de distanciamento da família. Para a análise das narrativas, utilizou-se como categoria central a história das mulheres ao longo do tempo, que tem a intenção de dar visibilidade a mulheres comuns, excluídas da história oficial. Assim, a metodologia foi baseada na História Oral, que surge para dar voz àqueles

silenciados, embora hoje seu escopo seja muito mais amplo. A intenção foi dar destaque à vida dessas mulheres, tão presentes na nossa sociedade e, por vezes, tão ausentes do discurso oficial.

A família para as classes populares significa o *lócus* de confiança, mas também o meio no qual se constitui a identidade. Para mulheres chefes de família, conseguir sustentar sua família sozinha, em uma vida baseada em dificuldades financeiras, é algo pensado como obrigação diante do abandono do companheiro. Além disso, esse fato é encarado como prova de caráter da mulher, que superou a situação de mãe solteira, provando coragem em assumir a responsabilidade por sua situação.

O trabalho, para essas mulheres, era o espaço onde efetivavam as trocas com o mundo, o seu ser social. Nas falas de Margarida, por exemplo, fica claro que era no trabalho que se divertia, fazia amigos e socializava. O trabalho significava sair da esfera privada da família e ir para o espaço público, no qual se conhece outras pessoas e, principalmente, se satisfaz a ideia de utilidade. A motivação para enfrentar longas jornadas de trabalho e atividades extenuantes, em ambas as situações, é a família. Para essas mulheres, longe da ideia de mulher contemporânea, que conquistou seu lugar no mercado de trabalho, noticiado normalmente, não houve opção, a necessidade de trabalhar foi intempestiva. Cabe salientar que as mulheres de classe populares sempre trabalharam, o fato novo é que são cada vez mais chefes de família.

Na história dessas mulheres, é possível perceber que, mesmo com grandes conquistas para prover o sustento de suas famílias sozinha, há um sentimento de frustração nas falas que dizem respeito ao relacionamento com os filhos. Nos relatos de Violeta, isso é percebido quando esta fala da falta de oportunidade dos filhos, justificando que, mesmo com tanto esforço, não conseguiu proporcionar uma formação melhor para eles. Já nas falas de Margarida, esse sentimento é expresso quando menciona pesar por não ter participado mais da vida do filho. Tal fato, conforme avalia Margarida, levou a uma relação distante com o filho.

Apesar de histórias de mulheres que superam limites e desafios para prover o sustento de suas famílias, ainda é predominante a ideia de um núcleo familiar tradicional na sociedade. Os papéis dentro da família, embora algumas vezes questionados, não foram modificados e, ainda, prevalece a concepção da mulher responsável pelos cuidados e pelo afeto de seus membros. Essa disposição sacrifica a mulher, que fica dividida entre o que deveria ser, uma mãe presente, cuidadora e afetuosa, e o que precisa ser, uma mulher que trabalha fora e necessita administrar o tempo de dedicação à família. Pode-se dizer que esse dilema não é exclusivo das mulheres de classes populares, mas, possivelmente, essas mulheres são as mais atingidas, seja por sua concepção de família, compreendida como mediadora com o mundo externo – algumas vezes em decorrência da ausência de políticas públicas –, seja por estarem inseridas em maiores jornadas de trabalho, passando mais tempo longe de casa.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 11 ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

BALLONE, GJ. **Causas da Depressão**. In: PsiqWeb. Disponível em <http://www.psiqweb.meb.br/>, Atualizado em 2005. Acesso em 19/04/2015.

FERREIRA, Laura. Setor de conservas da região de Pelotas (RS): mudanças na produção e conservadorismo nas relações de trabalho. In: **Em Debate**: Revista Digital. Florianópolis, n.5, p. 47-63, 2011. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emdebate/article/viewFile/1980-3532.2011n5p47/19849>. Acesso em 16/03/2015.

FONSECA, Claudia. **Família, fofoca e honra**: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4. ed. Porto Alegre: Editora Artmed. 2005.

GONÇALVES, Andréa. **História & gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

HIRATA, Helena. O universo do trabalho e da cidadania das mulheres – um olhar do feminismo e do sindicalismo. In: COSTA, Ana Alice; LIMA, Maria Ednalva Bezerra de; OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de; SOARES, Vera. **Reconfiguração das relações de gênero no trabalho**. São Paulo: CUT Brasil, 2004. 144p.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. **Censo 2010**. www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/caracteristicas_da_populacao_trab_pdf.shtm. Acesso em 25/02/2014.

MATOS, Maria Izilda e BORELLI, Andrea. Espaço feminino no mercado produtivo. In: PINSKY e PEDRO, Carla Bassanezi e Joana Maria. **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. **Inclusão no Cadastro Único**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/bolsa-familia/cadastrounico/beneficiario/cadunico-inclusao>. Acesso em 25/04/2015, 12 16:41

MORI, Maria Elizabeth e COELHO, Vera Lucia. Mulheres de corpo e alma: aspectos biopsicossociais da meia-idade feminina. In: **Reflexão e crítica**. 2004. 17 (4). Páginas 177 a 187. <http://www.scielo.br/pdf/prc/v17n2/22470.pdf>. Acesso em 21/04/2015.

NEPOMUCENO, Bebel. Protagonismo Ignorado. In: PINSKY e PEDRO, Carla Bassanezi e Joana Maria. **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. In: **Projeto História**, n. 15. São Paulo, PUC, 1997, p. 13-50.

SARTI, Cynthia. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

T
I
L
L
Y
,

L
o
u
i
s
e
.

G
ê
n
e
r
o